



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010065-66.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nota de Crédito Comercial**
 Requerente: **Auto Posto Liras Ltda**
 Requerido: **Renato Antonio de Moraes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Auto Posto Liras Ltda. propôs a presente ação contra o réu Renato Antonio de Moraes, requerendo a condenação deste no pagamento da quantia de R\$ 2.251,29, oriunda da venda de produtos e serviços constantes dos cupons fiscais colacionados às folhas 07/21, no valor original de R\$ 1.912,57, que não foram pagos pelo réu.

O réu, em contestação de folhas 36/38, reconhece o débito na quantia de R\$ 1.706,93, relativo aos valores por ele discriminados às folhas 46, não reconhecendo o débito constante nos cupons fiscais que não contêm sua rubrica, relacionados às folhas 45. Todavia, aduz que se encontra desempregado e apresenta proposta de pagamento da quantia mensal de R\$ 50,00 até a liquidação do débito.

Réplica de folhas 50, por meio da qual o autora recusa a proposta oferecida pelo réu.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados aos autos (CPC, artigo 396).

De início, defiro ao réu os benefícios da justiça gratuita, ante o documento de folhas 40. Anote-se.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Aduz o autor que é credor do réu na importância original de R\$ 1.912,57, oriunda da venda de produtos e serviços constantes dos cupons fiscais colacionados às folhas 07/21.

Todavia, o réu confessa ser devedor tão somente dos valores que relacionou às folhas 46, que totalizam a quantia original de R\$ 1.706,93.

De fato, os cupons que não contêm a assinatura do réu não podem ser objeto de cobrança, posto que não comprovam a efetiva entrega do produto ou a prestação de serviço.

Entretanto, existem cupons que não contêm a assinatura do réu, porém, este confessa ser devedor de tais valores, conforme relação de folhas 46. A título de exemplo, o cupom fiscal de folhas 08, no valor de R\$ 63,02, embora não contenha a assinatura do réu, ele confessou expressamente às folhas 46 que deve tal quantia. O mesmo se pode dizer do cupom de folhas 14, no valor de R\$ 50,14.

Assim, de rigor a procedência do pedido, entretanto, no valor confessado pelo réu, de R\$ 1.706,93, ficando afastada a cobrança dos cupons fiscais relacionados pelo réu às folhas 45, que não contêm sua assinatura.

Tais valores deverão ser atualizados desde a data das respectivas compras e acrescidos de juros de mora a partir da citação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.706,93, atualizada a partir da data da compra constante em cada cupom fiscal de folhas 07/21, excetuando-se os relacionados às folhas 46, e acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita.

Arbitro os honorários advocatícios do patrono do réu no valor máximo previsto no convênio PGE/OAB. Com o trânsito em julgado, expeça-se a certidão de honorários.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de dezembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**